

# O plano homodoxo

ANTÔNIO CORRÉA DE LACERDA

Depois de uma alternada série de pacotes econômicos, que se intensificaram com a crise dos anos 80 num conjunto de medidas que oscilaram da ortodoxia à heterodoxia, sem a obtenção de resultados permanentes, surge a vez, com a posse da nova equipe, de uma nova tentativa.

Na falta de uma classificação definitiva, chamemo-lo de "Plano Homodoxo", ou seja, uma combinação híbrida das duas vertentes, afinadas com o diálogo, na linha soft, já anunciada. A característica ideal básica desse novo plano é justamente o fato de não haver mais plano, ou seja, nada de pacotes-surpresa, congelamentos, confiscos e outras estripulias. A volta triunfal do gradualismo responsável. Um feijão-com-arroz, porém temperado com o receituário ortodoxo nas áreas fiscal e monetária e a preocupação com o lado social.

Na outra ponta da história, garantidas as precondições do ajuste do setor público, que permita a execução de uma política monetária ativa por parte do Banco Central (o que pressupõe sua independência), fica o resto por conta da disposição e credibilidade na negociação dos demais requisitos com os agentes econômicos.

Já ficou claro entre nós que, embora o controle da questão fiscal e monetária seja condição absolutamente necessária no processo de estabilização, esse se mostrou, isoladamente, insuficiente na obtenção de resultados substanciais e permanentes na redução da inflação.

A questão das expectativas dos agentes econômicos se mostra tão importante quanto os demais quesitos, no sucesso



da política antiinflacionária. Nesse ponto, a reversão de expectativas não é só questão de competência técnica para conduzir o ajuste, mas capacidade política para negociar no Congresso e com os agentes os passos do complemento.

Aliás, ainda é cedo para afirmar-se que todas as precondições estejam dadas. O incipiente resultado na área fiscal se mostra um tanto frágil para garantir o equilíbrio sustentado das contas públicas neste ano. A austeridade monetária tem sido muito mais discurso do que prática, sancionando pressões inflacionárias.

Na política de rendas, a condução do processo de descongelamento é uma tarefa delicada, num momento em que a inflação de custos, reprimida, é factual. Assim, urge a tomada de decisões que permitam um delineamento mais claro da nova política econômica. E isso até mesmo porque é algo fundamental no outro lado da história, que é a questão da credibilidade do governo no mercado.

Ela é fundamental para a sua normalização. A transparência e a estabilidade das regras do jogo são essenciais para evitar as distorções e a intransqüilidade, hoje observadas.

Há claramente uma crise de financiamento na economia, fruto da degeneração do sistema de poupança, tão abalado pelo confisco e a mudança constante de regras no mercado. Na área social, a aguda crise econômica não deixa margem para experimentos milagrosos. É fundamental que se propicie um mínimo de garantia de funcionamento da economia e se amenizem os desequilíbrios decorrentes da recessão. Do contrário, estaremos daqui a alguns meses novamente céticos, perplexos e "chocados". Até quando?...

□ *Antônio Corrêa de Lacerda, economista, é professor da PUC-SP e diretor da Ordem dos Economistas de São Paulo.*